



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 25 DE AGOSTO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público, de propriedade do Município de Pindamonhangaba e dá outras providências.

Dr. Isael Domingues, Prefeito Municipal de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Pindamonhangaba autorizado a proceder a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO** do imóvel de sua propriedade, registrado sob o número de matrícula 68.280, com a seguinte descrição:

“ÁREA REMANESCENTE composta de parte do lote nº 02, da Quadra C, do Loteamento “Industrial Feital”, situada nesta cidade, no bairro Feital, com frente para a Avenida Félix Galvão Cruz Simões, medindo 91,00 metros em linha reta, mais 14,14 metros em curva, com raio de 9,00 metros e ângulo central de 90º00’00”, na confluência com a Rua José Ayrton Machado; do lado direito, de quem da referida avenida o imóvel olha, mede 50,18 metros, com ângulo interno de 90º00’46, confrontando com a Área Verde 2 da Quadra C; do lado esquerdo mede 41,18 metros, confrontando com a Rua José Ayrton Machado; e no fundo mede 100,01 metros, com ângulos internos à direita de 89º59’14” e à esquerda de 90º00’00”, confrontando com o terreno desmembrado do lote nº 02, encerrando uma área de 5.000,80m² (cinco mil metros e oitenta decímetros quadrados). Cadastro SE-14-05-01-002-00”

Art. 2º A Concessão de Direito Real de Uso de que trata o art. 1º desta Lei será objeto de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência.

Art. 3º A Concessão de Direito Real de Uso será destinada à pessoa jurídica que lograr êxito junto ao processo licitatório, com o objetivo único de industrialização.

Art. 4º A Concessão de Direito Real de Uso será outorgada pelo período de 20 (vinte) anos, a contar da assinatura do respectivo contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que atendido o interesse público, bem como, as condições e os encargos estipulados no contrato originário.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo que trata o *caput* desse artigo, o imóvel retornará à posse do Município, com posse de todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ônus ao cofre público.

Art. 5º A concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários, que venham a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 6º A Concessão de Direito Real de Uso far-se-á de acordo com as normas e as disposições da Lei Complementar nº 70, de 06 de março de 2023.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 25 de agosto de 2023.




Dr. Isael Domingues
Prefeito Municipal



Roderley Miotto Rodrigues
Secretário de Desenvolvimento Econômico

Registrada e publicada na Secretaria de Negócios Jurídicos em 25 de agosto de 2023.



Anderson Plínio da Silva Alves
Secretário de Negócios Jurídicos